



Índice

- 01** Ex-integrantes da Aldeia Maracanã recebem chaves em conjuntos residenciais
- 02** Ruben Figueiró pede solução para conflitos entre indígenas e proprietários rurais no MS
- 03** O Povo Brasileiro: índio ou não
- 04** Programa Mais Médicos atende cerca de 1,7 milhão de pacientes em um ano no AM
- 05** Comitiva de lideranças indígenas recebe apoio em colóquio na Universidade de Coimbra
- 06** Justiça manda prefeitura de Jacareacanga recontratar professores indígenas Munduruku
- 07** Indígenas de MS levam dança e música para a Copa do Mundo
- 08** Desmatamento em terra indígena será investigado
- 09** Sesa e Sema realizam atividades em aldeia indígena
- 10** Ministra garante à Kátia Abreu R\$ 10 milhões para jogos indígenas
- 11** Palestra "Pesquisa e Extensão em Terras Indígenas" acontece dia 7 em Laranjeiras do Sul
- 12** Evo Morales revela que tomava urina para enfrentar doenças
- 13** "Leniência do governo com questão indígena decepciona", diz Figueiró



- 14 Agentes indígenas capacitados pela Funasa atuam em aldeias
- 15 Projeto sobre mineração em área indígena se arrasta há quase duas décadas
- 16 Proex seleciona bolsistas para projeto de acesso e permanência de indígenas e quilombolas
- 17 Zéca Dirceu quer criar reserva indígena no Paraná onde não há nenhum índio
- 18 Incra em Tocantins instala Mesa Permanente de Regularização Quilombola
- 19 Itesp e Incra firmam parceria para reconhecer 12 comunidades quilombolas em São Paulo
- 20 Direitos da população quilombola são abordados em audiência pública
- 21 Demarcação do quilombo do Morro Alto é debatida em Osório
- 22 Flor Ribeirinha chega lá
- 23 Indígenas Tenharin convivem com ameaças de morte em Humaitá
- 24 Nota do Fórum Justiça de Solidariedade à Luta do Cumbe de repúdio à criminalização de seus moradores
- 25 Tribo da América do Sul leva Governo do Paraguai a julgamento por genocídio histórico
- 26 Libertar a Terra é defender a vida
- 27 Vereadores de Guajará pedem apoio para projetos agropecuários
- 28 SEP Mulheres firma parceria com lideranças indígenas Huni Kuin
- 29 Indígenas da Terra do Guarita discutem a execução de projetos produtivos



Boletim de Notícias - Edição nº 114 / 2014

Brasília, 03 de julho de 2014.

30 [Comunidades ribeirinhas de Tabatinga vão receber novas escolas](#)



Ex-integrantes da Aldeia Maracanã recebem chaves em conjuntos residenciais
SÍTIO BRASIL 247, 02.07.2014

Cerimônia de entrega das chaves, que beneficiou 20 famílias indígenas ex-integrantes da Aldeia Maracanã, contou com a presença da presidenta Dilma Rousseff. Tupi-guarani, Darci Nunes de Oliveira ressaltou a importância da mudança: "A gente precisa sair do nosso território da aldeia em busca de algo melhor"

Favela 247 – Durante a entrega das chaves dos apartamentos dos 998 conjuntos residenciais Ismael Silva e Zé Ketí, no Estácio, Zona Norte do Rio de Janeiro, ontem (dia 30), um dos então futuros moradores chamava a atenção. Com um cocar na cabeça, não restava dúvida: Darci Nunes de Oliveira é índio tupi-guarani e, assim como outras 19 famílias indígenas que serão suas vizinhas, foi beneficiado pelo programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com matéria da Agência Brasil, eles eram integrantes da Aldeia Maracanã, que se instalou no antigo Museu do Índio, em frente ao estádio do Maracanã. A cerimônia contou com a presença da presidenta Dilma Rousseff.

Apesar de durante muito tempo ter negociado com o governo estadual a permanência da aldeia como forma de, na visão do grupo, preservar a cultura indígena, Oliveira se mostrou satisfeito com a nova morada. "A gente precisa sair do nosso território da aldeia em busca de algo melhor, e nesse contato com os não-índios, acredito que a gente vai aprender muito, e eles também vão aprender com a nossa cultura. Vai ser uma troca de experiência muito bacana. É o que a gente espera", analisou.

Por Cristina Índio do Brasil, da Agência Brasil

Ex-integrante da Aldeia Maracanã gosta de mudança para conjunto residencial

O índio Darci Nunes de Oliveira foi um dos moradores que receberam hoje (30) as chaves de apartamentos dos conjuntos residenciais Ismael Silva e Zé Ketí, no Estácio, zona norte do Rio de Janeiro. Ele era um dos integrantes da Aldeia Maracanã, que se instalou no antigo Museu do Índio, em frente ao Estádio do Maracanã. No prédio em que Darci vai morar, com a mulher e dois filhos, serão instaladas mais 19 famílias indígenas.

Darci lembrou que os integrantes da aldeia passaram muito tempo negociando com o governo estadual a permanência no local. O grupo acreditava que esta seria a única maneira de preservar a cultura indígena no local, mas agora ele acredita que a mudança para o conjunto residencial vai ajudar à preservação dos costumes e hábitos. "Chegar aqui hoje é motivo de alegria e comemoração para dizer amanhã que a cultura existe", contou.

Darci é tupi-guarani do Rio de Janeiro, e está otimista com a convivência com outros

CONT.



moradores de culturas diferentes. "A gente precisa sair do nosso território da aldeia em busca de algo melhor, e esse contato com os não índios, acredito que a gente vai aprender muito, e eles também vão aprender com a nossa cultura. Vai ser uma troca de experiência muito bacana. É o que a gente espera", analisou.

Se as conversas entre o pajé Tobi Itaúna e os outros moradores dos conjuntos Ismael Silva e Zé Ketí tiverem bom resultado, a troca de experiência poderá começar logo. O pajé, que é tupi-guarani do Amazonas, vai propor a criação de uma horta comunitária para plantio de ervas. Ele acrescentou que poderá ensinar a semear, manter as plantas e explicar o melhor momento para a colheita. O pajé disse que a ideia é ter na horta plantas como babosa, que segundo ele, é boa para o tratamento de bronquite e para queimaduras, e apontou outras como a cavalinha, boa para os rins; a carobinha, depurativa do sangue; o poejo, para bronquite; e o uxi amarelo, anti-inflamatório.

Tobi Itaúna fez questão de dizer que as plantas não poderão ser comercializadas. "Tem que ser para a comunidade. A minha tendência é mostrar a eles como devem plantar e utilizar", disse, acrescentando que a sociedade só toma remédio quando está doente. "Ela tem que aprender a se prevenir para chegar à idade que nós chegamos", completou.

Os conjuntos residenciais foram inaugurados hoje (30) pela presidenta Dilma Rousseff, pelo governador Luiz Fernando Pezão e pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes.



Ruben Figueiró pede solução para conflitos entre indígenas e proprietários rurais no MS

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 02.07.2014

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) criticou o governo federal por não ter ainda resolvido os conflitos entre indígenas e proprietários rurais no Mato Grosso do Sul, principalmente na chamada Gleba Buriti. O parlamentar disse que o conflito foi fomentado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que tinha interesse em aumentar a terra indígena Buriti de 12 mil para 17 mil hectares, pretensão que foi negada pela Justiça.

Ruben Figueiró lembrou também que há exatamente um ano autoridades federais foram ao estado e prometeram que em no máximo 45 dias o conflito estaria terminado. Só que, de acordo com o senador, até agora o problema não foi resolvido, pelo contrário, até aumentou.

Segundo Ruben Figueiró, o governo demorou a propor uma solução para os proprietários rurais. Para piorar, a proposta foi rejeitada porque previa indenização irrisória pelas terras e exigia que eles não fossem à Justiça lutar pelo ressarcimento de outros danos e prejuízos, como a morte de gado durante as invasões.

- Lideranças indígenas estão apreensivas também. Desejam que o governo cumpra o que prometeu inclusive em relação a eles, nos benefícios a que tenham direito, como educação, saúde. Que a paz e a convivência centenária entre índios e não índios voltem a imperar na hoje conflagrada região do Buriti. Quem sabe se ao aproximar das eleições de outubro o governo resolva fazer uma bondade e ofereça uma acordo consistente para dar solução ao conflito - disse o senador.

Da Redação, Da Rádio Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



O Povo Brasileiro: índio ou não
SÍTIO A CRÍTICA/MS, 02.07.2014

Nada é mais necessário em um conflito que a sua própria solução. Eu reprovo veementemente a política indigenista brasileira que pretende um congelamento cultural, ou pior, o resgate de uma realidade cultural passada, perdida no tempo, que do âmbito do fato sedimentou-se no âmbito da história, dilacerando a essência dinâmica das relações sociais, étnicas, culturais, enfim, a intrínseca dinamicidade das relações humanas.

Essa política indigenista segregacionista, que artificialmente abandona a teoria da integração, para impor, na contra mão da natureza, a teoria da preservação, afasta os indígenas da realidade cívica de compor o povo brasileiro.

Mais intercultural que multicultural, vez que, enquanto o multiculturalismo compreende diversas culturas coexistindo, o interculturalismo compreende culturas se relacionando numa verdadeira fricção interétnica materializando o "caldeamento" humano descrito por Darcy Ribeiro na obra O Povo Brasileiro.

Aquela teoria integracionista de outrora amparou toda a vida, as obras e os trabalhos do descendente pré-colombiano Rondon, que desde os idos de 1907, quando traçava as linhas telegráficas tecendo os elos nesta colcha de retalhos que é o Brasil de dimensões continentais, já se preocupava com a necessidade de reconhecerem-se, as pessoas que aqui habitavam, enquanto iguais, enquanto um único povo, para garantir a integridade da soberania nacional e continuidade da Nação Brasileira, vez que sem povo não há Nação, sendo imprescindível para este solo verde e amarelo "integrar para não entregar".

Teoria aquela que pautou o ordenamento jurídico pátrio, tanto que o Código Civil de 1916 tratava como relativamente capaz o silvícola, e não o índio. Pois silvícola, aquele que vive na selva, deixa de sê-lo quando integrado, enquanto o índio, de nique e hilux, com diploma, trabalho e salário digno, não é silvícola, é absolutamente capaz, mas nunca, jamais, deixará de ser índio. Trata-se de um cidadão brasileiro indígena nos anseios integracionistas de Clóvis Beviláqua.

Mas, abandonar esta teoria integracionista e passar forçosamente a aplicar a teoria preservacionista, para preservar o quê? Preservar ideias e realidades do passado, e só do passado, num resgate oral em regra distorcido, influenciado, ou pior, conduzido pela escória do quarto poder, por profissionais engajados, radicais, e bons naquilo que fazem no objetivo ideológico de alcançar seus propósitos.

E este contexto reflete como prisma uma gama de consequências no seio da sociedade em geral, índios ou não. Aliás, os feixes se concentram mais nestes que naqueles.

Essa política indigenista é coerente, justa e humanista na teoria. Mas, o que são as teorias sem aplicabilidade fiel na prática?

CONT.



Quando se demarca uma propriedade privada como se terra indígena fosse, aos índios resultado prático positivo nenhum, pois se tem o chão e a cultura no iludido consciente coletivo, mas falta estrutura, água, escola, roupa, transporte, educação, independência, dinheiro, sucesso, esperança e dignidade. Falta comida. Falta carne.

Como denunciou o Terena Danilo Luiz, os índios no Mato Grosso do Sul estão sofrendo de obesidade, pressão alta e diabetes. Doenças que não são de índio, mas são de pessoas cuja base alimentar é o amido, a mandioca com farinha. É este o destino que os índios esperam para suas famílias, seus filhos e seu grupo?

Os índios que compõem 0,4% da população nacional já detêm mais de 13% do território brasileiro, enquanto ao restante dos 96% dos brasileiros sobra menos de 87% do Brasil. Já dizia o General Augusto Heleno que a "política indigenista brasileira é caótica".

Garantir cestas básicas, avançar nas demarcações criando verdadeiros vazios geográficos e institucionalizar a invasão de propriedade privada numa verdadeira legitimação de ação manu militare é uma covardia dos Governos que vem se alternando na troca meramente física daqueles que sentam no "trono".

Enquanto os representantes falarem pelos diretamente envolvidos neste conflito, nenhum avanço traçaremos ao encontro da paz.

Como ouvi na palestra do anarquista Pietro Nardella Dellova, precisamos falar por nós mesmos, índios e produtores, e falar para nós mesmos pensando não no outro, aquele de quem se fala, mas pensando no tu, aquele com quem se fala, e assim passaremos do discurso, para o diálogo.

Contato:

* É advogada sócia do escritório FGBR Advogados – E-mail: ruiz@fgbradvogados.com.br.

Programa Mais Médicos atende cerca de 1,7 milhão de pacientes em um ano no AM
SÍTIO PORTAL A CRÍTICA, 02.07.2014

Esse é o balanço do programa Mais Médicos no Estado, apresentado nesta terça-feira (01) em seminário organizado pelo Ministério da Saúde



Segundo o representante do Ministério da Saúde Antônio Alves de Souza (em pé), foram contratados mais de 14 mil médicos para 3,8 mil municípios brasileiros (Antonio Lima)

Ao contabilizar o atendimento de cerca de 1,7 milhão de pacientes em um ano do Programa Mais Médicos, do Governo Federal, no Estado do Amazonas, e 50 milhões em todo o País, secretários de saúde do Estado e capital, representantes do Ministério da Saúde (MS) e de organizações indígenas avaliaram positivamente o programa, no seminário "Mais Médicos para o Brasil, Mais Saúde para os brasileiros".

No Amazonas, de acordo com o secretário Wilson Alecrim, dos 62 municípios, apenas o de Uarini (a 568 quilômetros de Manaus) não conseguiu aderir ao programa por problemas com documentação, mas no Estado estão contratados 444 profissionais presentes em comunidades mais distantes da capital, onde os médicos brasileiros não queriam ir. "Ou quando iam, não ficavam mais do que uma semana", emendou. Pelos cálculos dele, cada médico atende 80 pessoas por semana, ou seja, 320 por mês. Multiplicando-se isso por 12 meses o atendimento de cada profissional, chega-se a esse número de consultas. Alecrim observou que essa presença não vai mudar indicadores de saúde preocupantes em curto prazo, mas isso é uma questão de tempo. Entre esses índices, ele destaca problemas como a mortalidade materna,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 114 / 2014

Brasília, 03 de julho de 2014.

índice no qual o Brasil é o quarto maior do mundo. Ao atribuir entre as principais causas da mortalidade a falta de um pré-natal bem feito, o secretário diz que o Mais Médicos vai mudar esse quadro no que se refere ao pré-natal bem realizado.

O secretário municipal de Saúde, Homero de Miranda Leão Neto, observou a superação de desafios do idioma para desafogar a rede de urgência e emergência e também aprovou o programa.

MINISTÉRIO

O representante do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condis), Pedro Santa Rita, o programa trouxe avanços numa área crítica para os indígenas do Amazonas. Atualmente, 88 médicos atuam em comunidades indígenas. Mesma posição destacada pela coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei Manaus), Adarcyline Rodrigues. "O programa tem garantido um atendimento diferenciado aos indígenas", revelou ela, citando que no Dsei Manaus existem 13 médicos do programa.

Para o Ministério da Saúde, órgão promotor do evento, previsto para acontecer em todos os estados do País, o objetivo do evento é debater com gestores públicos os primeiros impactos do Programa na assistência da população que vive nas cidades. O médico Antônio Alves de Souza, secretário especial de Saúde Indígena e representante do ministro Arthur Chioro, contabilizou a contratação de mais de 14 mil médicos para 3,8 mil municípios brasileiros, com destaque para aquelas mais distantes. "E o importante é que eles ficam permanentemente lá, não ficam alguns dias e depois vão embora", afirmou.



Comitiva de lideranças indígenas recebe apoio em colóquio na Universidade de Coimbra

SÍTIO CIMI, 02.07.2014

Por Maurício Hashizume

Um dos símbolos da árdua luta dos povos de Roraima na luta pela garantia de seus direitos, o feixe de varas – que, unidas, não podem ser facilmente “quebradas” como se estivessem soltas e separadas – serviu também para ilustrar o que se viu no evento de cunho inédito, promovido no âmbito do Projeto ALICE, do Centro de Estudos Sociais (CES), que contou com a presença em Portugal de uma delegação de sete lideranças de diferentes regiões e etnias, tendo à frente a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

No painel de abertura, Sonia Bone Guajajara, coordenadora executiva da APIB e integrante do povo Guajajara (Maranhão), realçou que a existência dos povos indígenas continua sendo negada, dentro e fora do Brasil, apesar da existência de 305 povos e 274 distintas línguas faladas entre os indígenas do país. Estima-se ainda que haja cerca de outros 90 povos que escolheram viver em isolamento dos não-indígenas, seguindo os seus próprios modos de vida. “Viemos aqui e contamos com a solidariedade [de quem se dispõe a apoiar os povos indígenas]. Acreditamos em uma adesão cada vez maior ao Bem-Viver, aos modos de vida que respeitam a natureza e ao próximo”.

Para a liderança da APIB, a realização do colóquio na Universidade de Coimbra reforça a esperança de encontrar mais pessoas, grupos e instituições que possam se juntar ao movimento indígena brasileiro nas lutas por justiça e igualdade diante de uma “ditadura capitalista” em escala global que “mata e oprime”. Esse duro enfrentamento requer, segundo ela, que as vozes dos povos indígenas sejam fortalecidas “para que o mundo nos escute e nos conheça”. Nesse sentido, é preciso que “a Europa como um todo” reconheça “os massacres que o colonialismo impôs aos povos indígenas” e também “as consequências dessas violências e violações”, ou seja, “olhar o passado, viver o presente e construir o futuro”.

Diretor do CES e coordenador do Projeto ALICE, o professor Boaventura de Sousa Santos enfatizou o momento difícil vivido atualmente pelos povos indígenas, uma vez que “forças muito poderosas, compostas pelas elites políticas e econômicas tanto nacionais como transnacionais, têm transformado tudo em obstáculo ao dito ‘desenvolvimento’”. De acordo com o sociólogo português, os indígenas têm enfrentado a arrogância do modelo capitalista e colonialista em sua versão neoextrativista (que se diferencia por suas dimensões), representado por agentes influentes como os do agronegócio.

Para “uma sociedade mais justa e igualitária”, Boaventura recomendou que os protagonistas das mobilizações em curso, nos mais variados campos de atuação, se conheçam melhor e se ajudem uns aos outros, em consonância com o símbolo adotado do feixe de varas. “Esse encontro não tem como foco a discussão acadêmica, mas a busca e definição de encaminhamentos concretos no sentido de apoiar as lutas dos povos indígenas no Brasil”.

CONT.



Ao final do evento, foi lido e divulgado um manifesto em defesa dos direitos indígenas (Carta de Coimbra). Foi firmado também um convênio entre o Projeto ALICE/CES e a APIB para o estreitamento de relações entre as entidades através de intercâmbios, estudos e atividades conjuntas. O CES e a Comissão Pró-Criação da Escola de Participação Popular e Saúde, representada pelo professor da Universidade de Brasília (UnB), Márcio Florentino Pereira, assinaram ainda um memorando para formalizarem a intenção de, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e UnB, constituírem a escola de Participação Popular e Saúde.

O “evento histórico” que priorizou o protagonismo indígena levou em conta as diferentes temporalidades envolvidas, conforme pontua Luciane Lucas dos Santos, investigadora do CES responsável pela organização do colóquio. “Tudo foi construído em consenso com representantes da APIB. Foi um aprendizado grande”. Márcio Florentino, que também exerce as funções de secretário executivo do Conselho Nacional de Saúde (CNS), destacou a importância do evento: seja para a construção de “rebeldias transformadoras” como para o debate sobre o papel do Estado e o “fortalecimento da participação social” em linha com a consolidação da saúde como direito (diferenciado e vinculado ao território, no caso dos indígenas) – e não como mercadoria.

Terra

A luta pela terra esteve no centro da primeira mesa de debates (confira o vídeo com a íntegra aqui) do colóquio. Liderança histórica da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol e ex-coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Jacir de Souza, do povo Macuxi (Roraima), recordou os impactos avassaladores e perturbadores da “invasão” dos brancos. Diante das mortes, violências e ameaças constantes associadas à “destruição do modo de vida”, os povos indígenas da região se organizaram para angariar parcerias e reivindicar seus direitos, dentro e fora do país. O próprio seu Jacir se dedicou por mais de 35 anos à luta em mobilizações e articulações políticas pela garantia do território. E mesmo com algumas conquistas importantes, como a própria demarcação em terra contínua da Raposa Serra do Sol – referendada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após intenso debate nacional e internacional –, persistem ainda, segundo ele, muitos problemas.

“Ainda há muita terra para homologar”, comentou Jacir, ao atribuir à atual gestão do governo federal o que chamou de “fracasso” da questão indígena. “Além disso”, completou, “as terras já demarcadas estão sofrendo invasões” e graves problemas nas áreas da saúde e da educação continuam afetando os povos indígenas do país. Seu Jacir lamenta que o discurso de “muita terra para pouco índio” ainda seja repetido, como se a garantia de direitos fosse uma espécie de “desperdício”, e que empreendimentos e interesses econômicos sigam assediando – como já havia frisado a pesquisadora Luciane Lucas, do CES, na abertura do mesmo painel – as comunidades indígenas e suas lideranças. “Para nós, a terra é tudo. É sagrada. Por isso, continuamos procurando mais pessoas para reforçar a importância da demarcação. Queremos saber quem está de acordo ou não; quem está disposto ou não a fazer parte do ‘feixe de varas’”.

O jovem advogado Luis Henrique Eloy Amado, do Povo Terena, que atua como assessor

CONT.



jurídico do Conselho do Povo Terena e do Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá (Mato Grosso do Sul), também compartilhou da sua experiência da luta pela terra. A partir de seu cotidiano tomado por processos de demarcações e de criminalização de lideranças indígenas, Luis confirma a ideia de que o modelo neoextrativista concebe os territórios tradicionais como barreiras e identifica três formas de ataques em curso aos direitos indígenas.

A primeira das formas se dá por meio da paralisação dos processos de demarcação, muitos deles suspensos, segundo o advogado indígena, por “decisão política” do Poder Executivo federal, estrutura na qual se inclui a Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ). A segunda se dá pelas intervenções quanto a terras já demarcadas, haja vista a edição da controversa Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU), que visa estender as 19 condicionantes do julgamento da Raposa Serra do Sol para outras áreas, na tentativa de “flexibilizar” os direitos de posse. E a terceira forma consiste no retrocesso e revisão direta dos direitos garantidos pela Constituição, que se materializa em propostas como a PEC 215, patrocinada pela bancada ruralista, que prevê a transferência da prerrogativa das demarcações do governo federal para o Congresso Nacional. “Se a PEC 215 for aprovada, nunca mais haverá demarcações de terra no Brasil”.

A fórmula das “Mesas de Diálogo” também foi criticada por Luis, que preferiu nomeá-las como “Mesas de Enrolação”. No caso concreto da Terra Indígena Buriti, por exemplo, quatro ministros chegaram a participar do grupo de negociação com representantes indígenas e grandes proprietários rurais, mas depois de várias extensões de prazo, nada ainda foi resolvido. O problema da judicialização também veio à tona na intervenção do advogado no colóquio, que sublinhou o contraste entre o pronto atendimento dos interesses latifundiários e a morosidade perante as ações apresentadas pelas comunidades indígenas. “Nossos territórios precisam ser garantidos, em cumprimento à Constituição. O governo brasileiro, que está devendo com relação aos povos indígenas, tem que assumir essa responsabilidade de uma vez por todas”.

Pressão

“Sinto uma dor muito intensa pelo que vem ocorrendo atualmente”, desabafou Paulino Montejo, do povo Maya, da Guatemala, que assessora a APIB e é militante do movimento indígena no Brasil há mais de 30 anos. Ele avalia como “absurdo” o processo de “desconstrução das garantias constitucionais” que constam na Constituição de 1988. Essa luta ultrajante de caráter defensivo, apenas para manter o que se conquistou no papel e não para implementar efetivamente o que está previsto, decorre, na visão dele, de uma grande operação colocada em prática pelos setores ruralistas após alguns passos dados pelo movimento indígena com vistas ao robustecimento de seus direitos.

Entre as medidas que acenderam o alerta dos grandes proprietários de terra, Paulino cita a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada no Brasil em 2004, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, bem como a confirmação pelo poder público da demarcação de alguns territórios importantes, como a própria TI Raposa Serra do Sol – que foi garantida como área contínua em julgamento no STF de 2009, mas só teve o processo efetivamente concluído com a análise das 19

CONT.



condicionantes em 2013. Centralizados na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os grandes produtores têm se desdobrado para fazer avançar a fronteira de exploração agropecuária, extrativa (mineral, madeireira etc.) e energética. Foram feitos, emenda o assessor, muitos investimentos tanto em recursos materiais como humanos (contratação de especialistas em direito, antropologia etc.) para forçar a invasão, exploração e mercantilização de territórios indígenas.

Esse esforço de "inversão de direitos" (fazendo com que "instrumentos de regulamentação" de relevância inferior prejudiquem normas consagradas pela Constituição) não se limita ao campo jurídico, continua Paulino. No campo, os fazendeiros têm literalmente se armado e a criminalização dos movimentos vem se agudizando. O movimento indígena chegou inclusive a protocolar queixa-crime contra os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) por declarações racistas e homofóbicas contra povos indígenas, quilombolas e movimento LGBTT para que os ministros do STF apurem os crimes de incitação à violência e ao ódio dirigida às coletividades citadas. "Há uma grande campanha midiática de disputa daquilo que chamamos de cosmovisões, das formas de ver o mundo", salientou. "Na condição de povos tão diversos, não devemos abrir mão de um projeto distinto, com base no Bem-Viver. Seguiremos articulando e coordenando ações em defesa de alternativas. Antes do direito à propriedade vem o direito à vida".

Nesta fase em pleno curso de luta para manter os direitos conquistados, Sonia Guajajara, coordenadora da APIB, realça que os povos indígenas acabam sendo apresentados como "culpados" por lutar pela sua terra. A ideia de fundo dessa "condenação" é a de que "índio não precisa de terra, mas de cesta básica". Junto a essa imagem vendida e veiculada pelo poder midiático, utiliza-se ainda o argumento de que 13% do território nacional já são terras indígenas, deixando de lado os contextos difíceis enfrentados por cada povo que reivindica seu território para viver e ignorando completamente as invasões e agressões constantes que tem como alvos os indígenas. Construções ideológicas como essas servem de alicerce, conforme descreve Sonia, para ímpetus políticos e econômicos que tentam tornar esse massacre legalizado. "Tramitam no Congresso Nacional mais de 40 projetos destinados a suprimir ou negar direitos indígenas".

Este ano de 2014, prosseguiu Sonia, tem sido pródigo em episódios muito tristes de criminalização dos povos indígenas, como nos casos do povo Tenharim, no Sul do Amazonas; dos Tupinambá, na Bahia; e dos Kaingang, no Rio Grande do Sul. "A situação atual não é muito diferente do período da ditadura militar do passado. Há repressão, violência, expulsões, prisões. Mudou o regime, mas não mudou a postura. Por isso, o movimento indígena tem organizado muitas mobilizações em Brasília e em diversas outras regiões do país", compara a liderança do povo Guajajara. "As ameaças ainda não foram afastadas completamente, mas temos conseguido travar algumas medidas, como a própria Portaria 303 [da AGU]. Isso só foi possível com muita pressão", contou a coordenadora da PIB. "Se não fosse a nossa força e união, muitas dessas medidas que violam direitos adquiridos já estariam valendo. Mas a força dos povos indígenas pode ir muito mais além".



Justiça manda prefeitura de Jacareacanga recontratar professores indígenas Munduruku

SÍTIO CIMI, 02.07.2014

Após meses de impasse, a Justiça Federal ordenou hoje que a prefeitura de Jacareacanga, sudoeste do Pará, reestabeleça a quantidade necessária de professores nas escolas indígenas do povo Munduruku. No início de 2014, sem aviso, a prefeitura demitiu 70 professores indígenas sob alegação que eles não tinham formação adequada para atuar. Desde então, as escolas estão com sérias dificuldades de funcionamento. "É evidente que suspender ou inviabilizar o acesso à educação não é solução. Alguma educação é sempre melhor do que nenhuma educação", diz a decisão do juiz Rafael Leite Paulo, da subseção judiciária de Itaituba.

A decisão atende a pedido do Ministério Público Federal. A maioria dos professores demitidos atuavam nas escolas indígenas há anos, já tendo acumulado experiências bem sucedidas e conhecimento sobre o ensino e aprendizagem dentro do processo educacional diferenciado, assim como desenvolvido metodologias de trabalho específicas nas comunidades. Depois das demissões, a prefeitura contratou 35 estudantes do ensino médio sem experiência de magistério para substituí-los.

"Essa simples constatação já deixa clara a existência de fundamentos para a concessão da tutela requerida uma vez que o fato narrado, qual seja, redução do corpo de professores que atende uma determinada comunidade em 50%, já é indicativo de existência de uma grave ofensa ao acesso à educação", diz a decisão judicial. "É inquestionável o prejuízo à continuidade e a qualidade do ensino indígena realizado, uma vez que o mesmo serviço, passou a ser desempenhado por um número insuficiente de professores, o que gera sobrecarga de trabalho e consequente diminuição na qualidade de ensino", completa.

A prefeitura tem prazo de cinco dias úteis para fazer as contratações, que começam a contar assim que for notificada oficialmente da decisão. Em caso de descumprimento, foi imposta multa diária de R\$ 10 mil para o município.

Entenda o caso - Ao descontinuar os contratos dos professores, que trabalhavam há pelo menos 7 anos na educação escolar Munduruku, a prefeitura desobedeceu legislação internacional e nacional, descumprindo os objetivos da educação escolar indígena. De acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com a Constituição Federal brasileira, às crianças indígenas é assegurado o ensino em sua língua materna, além dos processos próprios de aprendizagem.

Desde 1999, a resolução 3 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, assegura a organização da educação escolar indígena em territórios etnoeducacionais, considerando a participação da comunidade nas suas formas de produção de conhecimento. A mesma resolução determina que a atividade docente nas escolas indígenas deve ser exercida prioritariamente por professores da própria etnia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 114 / 2014

Brasília, 03 de julho de 2014.

Três normativos jurídicos – A resolução já citada, o decreto 6.861/2009 e o parecer 14 do Conselho Nacional de Educação – garantem ainda a esses professores indígenas que eles tenham direito à formação em serviço, ou seja, podem continuar ministrando aulas enquanto fazem cursos de formação. No caso dos professores Munduruku, a formação está ocorrendo no Curso de Magistério Intercultural, no Projeto Ibaorebu de Formação Integral do Povo Munduruku.

O Projeto Ibaorebu é coordenado pela Fundação Nacional do Índio e ainda não foi concluído por responsabilidade exclusiva de problemas da própria organização do curso. Para o MPF, enquanto o Ibaorebu não for concluído, os professores indígenas que já tem experiência devem continuar trabalhando com as crianças Munduruku.

Processo nº 1541-28.2014.4.01.3908

Íntegra da ação

Íntegra da liminar



Indígenas de MS levam dança e música para a Copa do Mundo

SÍTIO O PROGRESSO, 02.07.2014

Grupo de Dourados vai integrar a primeira orquestra indígena do Brasil, que também é de MS, e promete verdadeiro espetáculo em cinco apresentações de encerramento da Copa do Mundo em pontos culturais do Rio de Janeiro

De Dourados para o mundo. Indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó levam Mato Grosso do Sul para a Copa do Mundo através da dança. O Grupo Guaté, formado por jovens guaranis e terenas da Reserva de Dourados, vai se apresentar no encerramento da Copa nos maiores pontos culturais do Rio de Janeiro, numa iniciativa do Ministério da Cultura. Eles vão integrar a Teko Arandu, primeira orquestra indígena do Brasil, cujos integrantes são da cidade Anastácio.

Em Dourados os integrantes do Grupo Guaté estão com boas expectativas. A guarani-kaiowá Dalila Duarte da Silva é a coreógrafa do grupo. Aprendeu desde cedo a dançar com os pais e hoje repassa os conhecimentos aos integrantes da Guaté. Ela diz que para montar a coreografia se inspirou no grito que estava há anos entalado na garganta. "Nós queremos mostrar ao mundo que a nossa tradição continua viva e fazer com que todos da nova geração tenham orgulho dela. Queremos a valorização da nossa cultura", destaca.

Ao som de "Ore Rojero ky", que quer dizer "Nós Dançamos", o grupo preparou uma coreografia que mistura passos de celebração festiva e de reza. "Vamos entrar no ritmo da Copa do Mundo, apresentando nossa cultura aos turistas e ao mesmo tempo enfatizar nossa esperança e fé para um mundo mais justo para os povos indígenas", explica.

Das cores branca, preta e vermelha eles destacam a tradição guarani nas vestimentas. Tudo é feito pelo próprio grupo nas instalações da Vila Olímpica Indígena.

Grupo

O convite para a Guaté participar das apresentações surgiu da Orquestra Teko Arandu, que é um projeto do Instituto Ressoarte. O indígena terena José Carlos Pacheco é o responsável pela integração dos grupos. Ele conta que o Instituto participou de edital do Ministério da Cultura para apresentações no período da Copa. O grupo foi um dos 144 projetos selecionados no Brasil, o único do Estado. Ao todo, segundo ele, foram mais de 1,6 mil concorrentes na categoria "Manifestações Culturais".

O Grupo Guaté conta com 10 integrantes e a orquestra com 30. O repertório de músicas apresentadas é variado e leva a música brasileira como tema principal. "Vamos fazer apresentações desde músicas tradicionais indígenas a Aquarela do Brasil. Queremos mostrar que as culturas estão integradas e que o brasileiro é um povo só", destaca.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 114 / 2014

Brasília, 03 de julho de 2014.

José diz que para os indígenas é um momento ímpar. “Vamos levar o nosso Estado para o mundo e isso é muito gratificante. Queremos mostrar a importância do nosso Estado para o resto do Brasil e para que o mundo conheça nossas tradições”, destaca.

O grupo fará cinco apresentações nos maiores pontos culturais do Rio de Janeiro.

Artesanato

O Grupo Guaté é conhecido pelo artesanato em Dourados. Do talo do capim de brachiaria eles levam esperança para homens e mulheres indígenas de Dourados. O produto vira a principal matéria-prima para a produção de peças e acessórios. Alguns poderão ser comercializados para turistas. O capim utilizado apenas na arte da cultura indígena de Dourados é a aposta para evidenciar o trabalho da Reserva Brasil a fora.



Desmatamento em terra indígena será investigado

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 02.07.2014

Uma operação conjunta fiscalizará, na quinta-feira (3), denúncias de desmatamento ilegal na Terra Indígena Trocará, dos Asurini do Tocantins, localizada nos municípios de Baião e Tucuruí.

A operação contará com o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Fundação Nacional do Índio (Funai). As instituições vão realizar vistorias em madeiras e na área onde ocorreu a derrubada de árvores.

A ação foi programada a partir de informações encaminhadas pelos indígenas à Funai e repassadas ao MPF no último dia 27. Segundo a denúncia das lideranças Asurini, para derrubar as árvores os desmatadores ilegais abriram caminhos no meio da mata da Terra Indígena. No local, foram encontrados troncos de madeira de lei.

De acordo com dados já coletados pelo MPF, essa é primeira denúncia desse tipo de irregularidade na área indígena. "O Ministério Público Federal entende ser de fundamental importância a atuação eficaz e rápida na proteção da Terra Indígena Trocará", ressalta o procurador da República Luiz Eduardo de Souza Smaniotto, que atua em Tucuruí e coordena as investigações feitas pelo MPF. "A sociedade da região deve compreender, de maneira bastante clara, que não serão admitidos atos de degradação das terras indígenas", destaca.

(DOL com informações do MPF)



Sesa e Sema realizam atividades em aldeia indígena

SÍTIO O INFORMATIVO DO VALE, 02.07.2014

Atividades envolveram integrantes da tribo Kaingang, localizada na ERS-130 entre os municípios de Lajeado e Cruzeiro do Sul

Lajeado - Na manhã desta quarta-feira (2), a Secretaria da Saúde (Sesa), por meio da Estratégia de Saúde da Família (ESF) do Jardim do Cedro, realizou em parceria com a Educação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente (Sema), atividades com integrantes da tribo Kaingang, localizada na ERS-130 entre os municípios de Lajeado e Cruzeiro do Sul.

Na ocasião cerca de 20 indígenas de todas as idades participaram de atividades de recreação e orientações de educação ambiental e recolhimento de lixo. Na aldeia residem 13 famílias.

Segundo o cacique, Gregório Antunes da Silva (46), é importante que aconteçam essas atividades para que as crianças aprendam a preservar o meio ambiente. "Precisamos ter cuidado com a nossa mata", ressalta o cacique.

A coordenadora da Educação Ambiental, Lucia Duarte, e a enfermeira-chefe da ESF do Bairro Jardim do Cedro, Alessandra Cassal, frisaram a importância da realização desta atividade. Elas lembram que ainda existem diversas ações a serem cumpridas na aldeia, entre elas, está a educação ambiental.

Crédito da notícia: Assessoria de imprensa de Lajeado

Ministra garante à Kátia Abreu R\$ 10 milhões para jogos indígenas
SÍTIO REDE-TO, 02.07.2014

R\$ 5 milhões serão liberados antes das eleições de outubro



A ministra Miriam Belchior, do Planejamento, comunicou à senadora Kátia Abreu na tarde desta quarta, 2 de julho, a autorização de recursos da ordem de R\$ 10 milhões do governo federal destinados à construção de uma arena esportiva de uma piscina olímpica na Capital para a realização dos Jogos Mundiais Indígenas. Os recursos haviam sido solicitados pela senadora Kátia Abreu diretamente à presidente Dilma Rousseff e serão repassados por intermédio do Ministério dos Esportes. A Ministra garantiu à senadora Kátia Abreu que serão empenhados R\$ 5 milhões antes das eleições e o restante até o final do ano.

“É a minha resposta às agressões gratuitas que sofri do prefeito Carlos Amastha feitas no seu discurso na convenção de seus aliados siqueiristas”, disse na tarde desta quarta a parlamentar ressaltando que não vai mudar a sua determinação em trazer recursos para a Capital e para os palmenses em função de agressões ou provocações políticas do prefeito, agora aliado do Palácio Araguaia.

Os Jogos Mundiais Indígenas serão realizados no próximo ano na Capital. A decisão do Ministério dos Esportes foi tomada após gestões da senadora Kátia Abreu em abril junto ao ministro Aldo Rebelo, a pedido do Comitê Intertribal. Defendendo o projeto apresentado pelo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 114 / 2014

Brasília, 03 de julho de 2014.

prefeito Carlos Amastha, Kátia pediu, ainda, à presidente Dilma Roussef que Palmas se torne a sede definitiva dos jogos mundiais indígenas que devem receber no próximo ano mais de dois mil atletas de cerca de 30 países. A Senadora já esteve, também, com o presidente do Sebrae nacional no sentido de viabilizar uma grande feira de artesanato indígena durante o evento.

Da Ascom/Kátia Abreu



Palestra “Pesquisa e Extensão em Terras Indígenas” acontece dia 7 em Laranjeiras do Sul

SÍTIO UFFS, 02.07.2014

Na próxima segunda-feira (7), será realizada a palestra “Pesquisa e Extensão em Terras Indígenas do Paraná”, com o professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) José Ronaldo Fassheber. A palestra faz parte das ações do projeto de extensão “Aquicultura na Terra Indígena Rio das Cobras: valorização e diálogos interculturais” da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Laranjeiras do Sul. O evento acontece no auditório do Bloco A do Campus Laranjeiras do Sul, das 19h30min às 21h30min e é aberto a toda a comunidade.

Fassheber é antropólogo e irá compartilhar com os participantes da palestra sua experiência em trabalhos de extensão e pesquisa com indígenas. Na ocasião também serão discutidos a importância, os desafios e os cuidados que a comunidade acadêmica precisa respeitar para desenvolver seus projetos em comunidades indígenas.

Palestrante

José Ronaldo Fassheber é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Tem maior experiência, produção e atuação em antropologia social, com ênfase em antropologia do corpo e da saúde, atuando principalmente em temas como corpo e sociedade, Kaingang, etnohistória e etnologia indígena e também nas relações de gênero. É autor do livro “Etno-desporto Indígena, a Antropologia Social e o Corpo entre os Kaingang”.



Evo Morales revela que tomava urina para enfrentar doenças

SÍTIO GAZETA DO POVO, 02.07.2014

Durante ato, presidente disse que os médicos bolivianos devem combinar os novos recursos com a medicina ancestral indígena

O presidente da Bolívia, Evo Morales, um indígena aimara que nasceu e cresceu nos Andes, revelou nesta quarta-feira que costumava beber a própria urina para se curar de doenças.

"Me criei no campo na base da 'lampaya' e da 'wira-wira' para curar a tosse e, lamento muito dizer, também bebi urina. Quando algum médico dizia: 'tome urina, é bom', eu me curava com urina, tomando urina, esse era o meu remédio, sou dessa família", confessou Morales em um ato público na região de Cochabamba para entregar equipamentos médicos modernos.

A "lampaya" e o "wira-wira" são plantas medicinais utilizadas para tratamento de tosse, resfriado e reumatismo. Durante o ato, Morales disse que os médicos bolivianos devem combinar os novos recursos com a medicina ancestral, ainda muito utilizada nas zonas indígenas e pobres do país.

"Meu pedido, com muito respeito: é preciso combinar a medicina tradicional com a científica - disse Morales aos médicos que receberam os novos equipamentos.



"Leniência do governo com questão indígena decepciona", diz Figueiró

SÍTIO BBC BRASIL, 02.07.2014

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) manifestou indignação com a leniência do governo federal em relação ao processo de indenização das terras invadidas por indígenas em Mato Grosso do Sul.

Ele lembrou que há exatamente um ano, o Executivo prometera solucionar as áreas conflagradas no Estado. No entanto, nada foi feito ainda. Em meados de 2013, os índios invadiram 31 propriedades da gleba Buriti, na região de Sidrolândia (MS), e um índio foi morto durante operação policial de reintegração de posse.

"Após muitas viagens, reuniões e gastos de milhões de reais, a situação é a seguinte: os indígenas, percebendo o vácuo de autoridade, avançaram sobre mais de doze mil hectares, expulsaram proprietários e seus empregados, roubaram centenas de animais, destruíram casas, queimaram máquinas, enfim impuseram à região a "lei" do mais forte, tendo o Governo federal assistido a tudo sem nada fazer ou dizer", informou Figueiró.

Segundo o senador, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região julgou improcedente o pedido da FUNAI de aumentar os limites da Terra Indígena Buriti de 2.090 hectares para mais de 17.000 hectares. "Insatisfeitos com o desfecho do processo, os índios passaram a invadir com violência as terras. Os proprietários rurais, que até 1999 sempre conviveram em harmonia com os seus vizinhos terena, tiveram suas vidas despedaçadas, física e moralmente, razão pela qual de pronto aceitaram dialogar com o Governo sobre uma indenização para que deixassem suas terras".

Figueiró lamentou que o valor proposto está muito aquém do razoável para que os produtores possam recomeçar suas vidas. O INCRA avaliou as terras em média a R\$ 5,3 mil o hectare, o que seria pago mediante precatório e quitação plena dos proprietários. Para o senador, este valor "sequer vai ressarcir outros danos e prejuízos, como o valor do gado e bens que lhes foram roubados e destruídos por ocasião das seguidas invasões de que foram vítimas".



Agentes indígenas capacitados pela Funasa atuam em aldeias

SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 02.07.2013

Capacitados pela Coordenação Regional da Funasa de Rondônia (Core-RO), 105 agentes indígenas de saneamento (Aisan) contratados pela Funasa estão desenvolvendo ações em saúde, nas suas aldeias.

Estes agentes trabalham para melhorar a qualidade de vida nas aldeias, identificando e solucionando problemas relacionados a doenças causadas pela falta de saneamento básico. Eles atuam em parceria com os profissionais de saúde da Core-RO.

Os Aisans desempenham nas aldeias, atividades como: operação dos sistemas de abastecimento de água, utilizada na higiene e consumo; manutenção dos sistemas de esgoto; orientação do uso dos módulos sanitários individuais; levantamentos cadastrais; ações de educação em saúde e ambiental, entre outras.

Para se tornar um Aisan o indígena deve ser escolhido pela comunidade e capacitado pela Funasa. O curso tem carga horária de 280 horas divididas entre sala de aula, atividades práticas e visitas a instituições que desenvolvem atividades relacionadas ao saneamento ambiental.

Segundo o coordenador do curso de formação do Aisan, Carlos Maurício Dal Ponte, a previsão é que em julho deste ano, novas turmas devem iniciar a formação. Os agentes já capacitados estão atuando nas aldeias localizadas nos municípios de Alta floresta, Aripuanã, Cacoal, Comodoro, Chupinguaia, Guajará-Mirim, Humaitá, Jarú, Ji-Paraná, Juina, Porto Velho e Vilhena.



Projeto sobre mineração em área indígena se arrasta há quase duas décadas
SÍTIO O GLOBO, 02.07.2014

Levantamento aponta 4.220 manifestações de interesse de exploração em terras da Amazônia Brasileira

por Danilo Fariello

BRASÍLIA — Há 18 anos um projeto de lei para regulamentar a exploração mineral em terras indígenas tramita no Congresso Nacional, aguardando aprovação. Atualmente, segundo levantamento feito pelo Instituto Socioambiental (ISA), há 4.220 manifestações de interesse em atividades de mineração em 152 terras indígenas da Amazônia Brasileira. Todas elas esperam uma definição do Congresso, e a terra dos ianomâmis é que mais cobiça gera. Série de reportagens publicada pelo GLOBO nos últimos dias mostrou como esse grupo indígena vive e como sofre pressão de garimpeiros interessados em explorar minerais em suas reservas. O debate ganha fôlego.

Segundo o terceiro parágrafo do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, a atividade mineral — assim como a extração de recursos hídricos e o aproveitamento hidrelétrico — só pode ser feita em área indígena mediante a aprovação pelo Congresso em forma de lei e desde que sejam “ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra”.

Nos últimos anos, o governo federal chegou a debater um projeto para normatizar essas atividades econômicas em áreas indígenas, inclusive criando uma espécie de royalty que seria pago aos índios, na proporção de uma parcela do faturamento da atividade.

Mas o debate perdeu força depois da primeira tentativa da Advocacia Geral da União (AGU) de estender as condições impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à área de Raposa-Serra do Sol a todas as comunidades indígenas do país. A tentativa provocou forte oposição de indigenistas e levou a ideia do royalty indígena à geladeira.

Hoje, o ISA defende que a exploração da atividade mineradora em terras indígenas seja debatida no Congresso, no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas — projeto de lei 2.057 de 1991 —, mas não naquele específico sobre mineração que é debatido desde 2006, o projeto de lei 1.610. Esse texto, porém, repousa há ainda mais tempo no Congresso sem que se aproxime de sua aprovação.

— O PL 1.610 só trata de exploração mineral em terras indígenas e não de exploração de recursos hídricos, que precisa também ser regulado conforme a Constituição. Só o Estatuto dos Povos Indígenas poderia garantir os direitos indígenas e ambientais dessas atividades — explica Ana Paula Souto Maior, advogada do instituto.

CONT.



Em 2011, numa tentativa de aprovar o projeto específico sobre o tema, a Câmara criou uma comissão especial para debater o assunto, assim como ocorrera na Legislatura anterior, entre 2007 e 2010. Mas, agora, assim como ocorreu antes, a comissão especial em vigor corre o risco de caducar ao fim deste ano, com a troca de mais uma Legislatura, após as eleições.

Segundo assessores do deputado Edio Lopes (PMDB-RR), relator da comissão especial que debate a atividade mineral em terras indígenas, o parlamentar ainda está trabalhando para apresentar seu relatório neste ano e quer levar o texto a plenário.

Enquanto não existe uma lei que regule a atividade mineral em área indígena, garimpos ilegais continuam em atuação em terras demarcadas no país. Em agosto de 2013, por exemplo, uma ação da Fundação Nacional do Índio (Funai) em parceria com o Exército retirou garimpeiros ilegais da terra ianomâmi em Roraima, expulsando invasores e destruindo uma pista ilegal para pouso e decolagem de aviões.

IANOMÂMIS NA MIRA

Segundo levantamento do ISA junto a requerimentos registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) até março de 2013, a área ianomâmi era a que tinha mais requerimentos de atividade minerária em aberto, com 657 processos, correspondentes a mais da metade da área total da reserva.

Ainda de acordo com o ISA, das 693 terras indígenas do país, 32 possuem requerimentos de mineração que ocupariam mais de 90% de sua áreas, e 18 áreas menores do que 15 mil hectares têm pedidos que equivalem à totalidade da área demarcada. As principais substâncias procuradas em áreas indígenas são, em ordem decrescente, ouro, cobre, cassiterita, chumbo e estanho.



Proex seleciona bolsistas para projeto de acesso e permanência de indígenas e quilombolas

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS, 02.07.2014

Estão abertas até o dia 10 de julho as inscrições para o processo seletivo de bolsistas para o Projeto Dialógico de Acesso e Permanência das Comunidades Indígenas e Quilombolas na Universidade (Padiq), vinculado ao Programa de Acesso Democrático à Universidade e Acompanhamento Pedagógico (Padu).

Conforme o edital nº 022/2014 da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex), as inscrições podem ser realizadas exclusivamente via formulário eletrônico, disponível aqui. A seleção será feita por meio de análise documental, entrevista e prova de redação. Os candidatos devem estar matriculados em cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), residir preferencialmente no município de Palmas, ter identificação com a cultura indígena e quilombola, coeficiente de rendimento escolar maior ou igual a 5,0 e disponibilidade para viagens aos fins de semana.

São ofertadas quatro bolsas no valor de R\$ 400 mensais com período de vigência de três meses, podendo ser prorrogado. Mais informações pelo e-mail projeto_extensao@uft.edu.br ou pelos telefones (63) 3232-8064 e 3232-8036.

Zéca Dirceu quer criar reserva indígena no Paraná onde não há nenhum índio

SÍTIO CRN ON LINE, 02.07.2014



Do Fábio Campana

Os índios do Zeca Dirceu

Enquanto o Deputado Osmar Serraglio, relator da PEC dos indígenas, trabalha para criar reservas onde eles de fato estão, Zéca Dirceu atropela para forçar a criação da reserva dos Xetas em Ivaté. Mais de 300 famílias vão perder suas terras, sendo que em Ivaté não mora nenhum indígena.

Fonte: Fábio Campana

Contato: contato@crn1.com.br



Incra em Tocantins instala Mesa Permanente de Regularização Quilombola
SÍTIO INCRA, 02.07.2014

A Superintendência Regional do Incra em Tocantins deu um importante passo para acelerar a regularização territorial de comunidades quilombolas no Estado. Isso, porque foi instalada a Mesa Permanente de Regularização de Território Quilombola em Tocantins, que se configura como um fórum de debates no sentido de compreender as reivindicações das diversas comunidades, bem como contribuir com sugestões aos diversos órgãos envolvidos nos processos de regularização das áreas remanescentes de quilombo.

Na reunião de instalação da Mesa – que ocorreu no último dia 26 de julho, na sede regional do Incra/TO, em Palmas –, além dos servidores do Instituto, houve a participação de representantes de vários órgãos, como: Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Advocacia Geral da União (AGU), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério Público Federal (MPF).

Além do debate técnico, as declarações dos participantes foram no sentido da importância da Mesa para o aceleração da regularização territorial de comunidades quilombolas no Estado. O superintendente do Incra/TO, Ruberval Gomes da Silva, fez uma breve introdução sobre a situação dos territórios quilombolas no Estado, de acordo com os processos abertos no Instituto, ressaltando o papel da Mesa como instância democrática para discussões de problemas e busca de soluções em parceria com as entidades e instituições ali presentes. Ruberval ainda propôs a construção de um cronograma de ações para a Mesa.

A representante do Ibama, Danielle Dias Danaga, destacou a contribuição da autarquia para discutir, dialogar e buscar soluções de diversos problemas, como a sobreposição de áreas. O representante da AGU/PGF, Marcelo Benetele Ferreira, elogiou a iniciativa da instalação da Mesa e apoiou a parceria institucional. Enquanto que o representante do ICMBio, James Jacques Possapp, ressaltou a evolução da política quilombola, “pois atualmente os próprios quilombolas estão se reconhecendo e se valorizando como tais”.

Ao final da reunião, ficou definido que o próximo encontro da Mesa Permanente de Regularização de Território Quilombola em Tocantins será na manhã do dia 9 de julho de 2014, também na sede regional do Incra/TO. Esse segundo encontro vai debater alguns assuntos, como: sobreposição de áreas e o relatório antropológico da comunidade “Claro, Prata e Ouro Fino”.



Itesp e Incra firmam parceria para reconhecer 12 comunidades quilombolas em São Paulo

SÍTIO INCRA, 02.07.2014

A Superintendência Regional do Incra em São Paulo e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) firmaram convênio para o reconhecimento de 12 comunidades remanescentes de quilombo no Estado até dezembro de 2015.

O Incra vai repassar R\$ 930 mil ao órgão estadual. Desse total, R\$ 210 mil serão destinados à indenização de benfeitorias de ocupantes não-quilombolas da comunidade de Praia Grande, em Iporanga, localizada em terras devolutas estaduais. A contrapartida do Itesp é de R\$ 20 mil.

Equipes das duas instituições iniciaram, nesta semana, as atividades no quilombo Jaó, em Itapeva, com uma reunião de apresentação do convênio e esclarecimentos à comunidade.

A elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) está a cargo do Itesp, que já iniciou os trabalhos de campo.

A indenização dos ocupantes não-quilombolas da comunidade Praia Grande tem o objetivo de agilizar a titulação do território quilombola pelo Itesp e resolver a situação de conflito existente no local. Moradores têm denunciado ameaças constantes e, segundo eles, até mesmo uma das lideranças da comunidade teria morrido na luta pela terra.

Atualmente, existem 48 processos de reconhecimento e titulação em andamento no Incra em São Paulo. Nas terras públicas estaduais, a titulação das comunidades é feita pelo Itesp.

Constitucional

As comunidades remanescentes de quilombos conquistaram o direito ao seu território com a Constituição Federal em 1988.

Em 2003, foi publicado o Decreto 4.887, que regulamentou os procedimentos necessários, desde a identificação das comunidades até a titulação do território e registro em cartório.

Assessoria de Comunicação Social do Incra-SP
(11) 3823 8558 / 8523
imprensa@spo.incra.gov.br



Direitos da população quilombola são abordados em audiência pública

SÍTIO PROMAD, 02.07.2014

A audiência pública Direitos da População Quilombola e Regularização Fundiária, realizada na terça-feira (24), na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), contou com a participação de representantes da Defensoria Pública da União (DPU).

Os quilombolas apontaram aos presentes seus principais problemas, como o fato de serem expulsos de suas terras por latifundiários e mineradoras e a falta de vontade dos gestores públicos em lidar com a questão. Também foi apontada a falta de serviços públicos essenciais, como saúde e educação.

A defensora pública federal Mariana Preturlan, que atua na DPU em São Paulo e compôs a mesa do evento, salientou a importância dos trabalhos na defesa dos direitos das comunidades quilombolas. Ela ressaltou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que garante às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras e a necessidade de consulta sobre todas as medidas suscetíveis de afetá-las, como as atividades mineradoras.

Também representou a DPU em São Paulo a defensora pública federal Fabiana Galera Severo, titular do 2º Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva/Estrangeiros da unidade, que passará a acompanhar as demandas dos direitos dos quilombolas do Vale do Ribeira.

Estavam presentes representantes das comunidades São Pedro, Fazenda do Pilar, Camargos, dos Quilombos Caxambu e Nossa Senhora do Carmo, de órgãos públicos e deputados estaduais ligados à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Com informações da Alesp.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social - Defensoria Pública da União



Demarcação do quilombo do Morro Alto é debatida em Osório
SÍTIO LITORAL EM MOVIMENTO, 02.07.2014

A demarcação do Morro Alto ainda conta com um agravante

A busca de uma solução para o conflito que envolve a demarcação do quilombo do Morro Alto, no Litoral Norte, foi discutida nesta segunda-feira, 30, em audiência pública promovida pela comissão de Agricultura Câmara dos Deputados, em Osório (RS). Atualmente o processo, que abrange Osório, Capão da Canoa e Maquiné, pode desabrigar 950 famílias de pequenos produtores, que representam quase quatro mil moradores.

"O que o governo faz hoje é uma injustiça sem tamanho. Se tivesse real interesse em resolver o caso compraria terras para alocar as comunidades quilombolas sem gerar ônus para os atuais moradores das localidades, que têm escrituras centenárias, e sem criar conflitos, até porque as famílias são todas amigas, convivem juntas há vida toda", apontou o deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS), que propôs o debate. Ele também lamentou a falta da presença de representantes do governo no debate, que segundo ele, falam em busca de acordo, mas embora convidados não comparecem reuniões.

De acordo com o presidente da Comissão Fundiária da Farsul, Paulo Roberto Dias, a luta dos agricultores é a favor dos seus direitos e não contra ninguém. O secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Osório, Edson Souza, ainda frisou a importância da localidade do Morro Alto na produção agrícola, pois fornece hortifrutigranjeiros para o Litoral e região Metropolitana.

Agravante

A demarcação do Morro Alto ainda conta com um agravante, lembrou Maria Selmira Mehleck, do Comitê dos Atingidos por Desapropriações, já que antropólogos signatários do laudo que determina a demarcação também são fundadores da associação que solicitou o processo. Ou seja, não há nenhuma isenção no processo aceito pelo governo.



Flor Ribeirinha chega lá

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 03.07.2014

Depois de luta para cobrir os custos das viagens, povo de São Gonçalo vai pra Etain, Chambéry e a velhíssima Kaysersberg

Da Redação

O Grupo Flor Ribeirinha, de São Gonçalo Beira Rio, embarca nesta quinta-feira (3) para a França para representar o Brasil no Festival Mundial de Folclore.

O grupo vai se apresentar em diferentes festivais nas cidades de Etain, Chambéry e na cidade alemã até a Segunda Grande Guerra Kaysersberg, na Alsácia, além de realizar o espetáculo da noite brasileira do Festival de Ambert. O Flor Ribeirinha vai se juntar às outras delegações da Europa, Ásia e da África.

Domingas Leonor, dirigente do Flor Ribeirinha, explica que o grupo vai apresentar um espetáculo de amálgama das culturas indígena, africana e europeia, as três principais matrizes de nosso sangue, além das origens do cururu e do siriri.

“Vamos destacar ainda a vida ribeirinha e a religiosidade do nosso povo, com o objetivo de preservar as raízes da nossa cultura popular”, defende Domingas.

HISTÓRICO

O grupo Flor Ribeirinha nasceu em julho de 1993, em São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá, comunidade fundada no século XVIII, em território dos índios Coxiponés. Sua presença é recordada nos traços físicos dos moradores, no ritmo e nos passos da dança.

O Flor Ribeirinha não poderia deixar de trabalhar a dança típica mato-grossense, realizada e mantida viva há mais de 200 anos e que reflete o multiculturalismo brasileiro, aquele mesmo de sangue índio, negro, português e espanhol.

Em suas apresentações, o grupo manifesta, numa coreografia variada, melodias alegres e letras que têm como mote a vida ribeirinha e as tradições religiosas. Apresenta o ritmo contagiante, harmonizado e marcado pela batida da viola de cocho, do mocho e do ganzá.

O siriri é dançado e cantado por homens e mulheres em fila ou roda formada por pares que cantam e batem palmas ao ritmo rápido e forte da música. O coro é próprio da música ameríndia, com clara influência da música serena e melodiosa, repleta do sentimento religioso dos colonizadores portugueses e espanhóis, essencialmente católicos. O ritmo marcado por instrumentos de percussão é herança óbvia da música e cultura africanas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 114 / 2014

Brasília, 03 de julho de 2014.

O grupo foi idealizado para preservar, promover e divulgar a cultura popular e o bom desenvolvimento artístico da juventude. Com isso, o Flor Ribeirinha efetiva um trabalho de preservação do siriri, cururu e rasqueado, importantes manifestações culturais de Mato Grosso, levando para outros países o brilho e a riqueza da Cultura Popular brasileira.

O Flor Ribeirinha tem mais de 20 anos de existência e já participou de todos os festivais de siriri de Mato Grosso. No ano passado, o grupo foi convidado para se apresentar no Festival de Dança de Santa Catarina, na cidade de Joinville; participou também em Minas Gerais, na cidade histórica de Ouro Preto, do Encontro Nacional de Danças Populares.

Em seguida, o grupo se apresentou no evento Goal to Brazil, em Lima, Peru. Em novembro foi convidado para apresentar o siriri em Assunción, no Paraguay.



Indígenas Tenharin convivem com ameaças de morte em Humaitá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.07.2014

Por Iremar Antonio Ferreira

No último dia 25 de junho, o presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas (FDPI) e membro da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara Federal, deputado Padre Ton, delegado por ambas, esteve reunido com centenas de indígenas Tenharin na Aldeia Kampinho´hu, no km 137 da BR Transamazônica.

Na chegada, foi recebido com honras indígenas, sendo conduzido até o local da reunião por um ancião e lideranças, que entoavam canto um canto de boas vindas.

Logo no início da reunião, as anciãs Maria, Joana e Yretá, todas com mais de 90 anos e sobreviventes do grande massacre promovido com a abertura da BR Transamazônica, foram convidadas a dar sua mensagem ao representante da CDH. Elas foram enfáticas em afirmar, em sua língua materna (tupi kagwahiwa), o quanto estão sofrendo com tudo isso. Dona Joana inicia perguntando: "quando vai acabar essa violência... depois de termos vivido o período de escravidão na época do seringal, depois abertura de estrada, mineração, tudo isso... e agora tiraram nossos netos... quando vai acabar isso"? Dona Yretá falou que "estou cansada de chorar, não consigo nem andar, quero ver meus netos; ajudem eles voltar".

As falas das anciãs foram precedidas de dezenas de outras, dos representantes de cada aldeia presente (Kampinho´hu, Mafui, Bela Vista, Marmelo 1, Marmelo 2, Marmelo 3, Vila Nova e Tracuá), afirmando que o único objetivo agora é a liberdade dos cinco parentes presos injustamente (Domiceno, Gilvan, Gilson, Valdiná e Simeão). Todos manifestaram preocupação com a segurança do povo diante da certeza de que até o final de julho será julgado novo habeas corpus e estes terão a liberdade merecida.

Porém, o que mais nos chama a atenção são as constantes ameaças de morte que lideranças estão sofrendo na cidade de Humaitá e a omissão da Polícia Civil que, ao ser procurada para registrar boletim de ocorrência, afirma estar sem sistema. E isso não foi somente uma vez que ocorreu, segundo as lideranças, as quais não se sentem mais seguras em buscar este tipo de serviço, porque o sentimento de descaso para com a proteção de suas vidas os faz se esconder cada vez mais. O direito de ir-e-vir e o direito à segurança está comprometido diante disso.

As ameaças vão desde perseguição no hotel onde se hospedam e até mesmo na hora de comer um churrasquinho no cair da tarde. Querem cercear até o direito das pessoas se alimentarem, cujas ameaças intimidatórias vão desde palavrão a até dizer que devem sair do local porque não são bem vindos à cidade. Como pode algum cidadão se dizer dono da cidade e exigir que o outro se retire para não sofrer atentado? Será que Humaitá é terra de ninguém? Cadê as centenas de policiais utilizados na busca dos corpos e na criminalização dos indígenas? Cadê a prisão dos incendiários de bens públicos e privados?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 114 / 2014

Brasília, 03 de julho de 2014.

Já passou da hora da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), juntamente com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes (DNIT), regularizar a circulação de veículos durante o dia e a noite nos limites que envolvem a terra indígena, a exemplo dos Waimiri Atroari – Manaus sentido Roraima. Os Jiahui e Tenharin, que somam mais de mil pessoas, não podem pagar com suas vidas pela irresponsabilidade do Estado brasileiro, que cortou seu território tradicional com a BR Transamazônica e agora os abandona à própria sorte.

Passou da hora de cumprir a Constituição Federal e promover os direitos originários, assim como garantir o direito de ir-e-vir de todos e todas que moram nesta região, porém fazendo justiça diante daqueles que querem a todo custo destruir vidas que vivem à margem dos direitos conquistados.

Justiça Já e Liberdade aos cinco Tenharin, criminalizados por serem indígenas e por apresentarem um modo diferente de vida na relação com a natureza, do Bem Viver.



Nota do Fórum Justiça de Solidariedade à Luta do Cumbe de repúdio à criminalização de seus moradores

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.07.2014

O Fórum Justiça no Ceará reuniu-se no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, Aracati-CE, no dia 26 de junho de 2014. A reunião teve como pautas os conflitos coletivos da região do baixo Jaguaribe. Na oportunidade recebeu relato de violações aos direitos fundamentais, coletivos e difusos, essenciais à sobrevivência de sua cultura, meio ambiente e suporte alimentar da Comunidade do Cumbe, localizada naquele Município.

Desde 1996, as comunidades da região, como a do Cumbe, sofrem pela implementação de fazendas de criação de camarão (carcinicultura). Posteriormente, o Cumbe também veio sofrendo com a implantação de parques eólicos, de forma não integrada com seu modo de vida.

Grandes empreendimentos econômicos postos na região possuem grande apoio institucional, mas não se planejam conforme a realidade local, a integrando e a respeitando. No caso da carcinicultura traz um grande passivo ambiental, atrapalha as atividades de pesca e mariscagem, por exemplo. Estes dois empreendimentos trouxeram problemas quanto ao acesso a locais comuns e tradicionais da comunidade, como à praia, às lagoas e ao cemitério, que já tem 114 anos.

O poder econômico, por vezes, age a margem da lei e tenta instrumentalizar o sistema de justiça, para criminalizar quem resiste e luta por seus direitos. Agora, no mês de junho, este quadro pode ser constatado pela ação policial na fazenda Água Plays, onde foram apreendidas armas e munições. Para a concretização da justiça se faz necessário o esclarecimento dos seguintes fatos: qual a relação entre os relatos de violência, a presença de armas pesadas no local e as ameaças sofridas?

Comunidade conta com o apoio da Advocacia Popular e da Defensoria Pública do Estado do Ceará. Já conseguiu alguns avanços em relação às tentativas de criminalização e também em relação aos seus acessos tradicionais. Mas ainda há muitas questões pendentes sobre a posse de terras, socioambientais, sustentabilidade, etc. O Museu do Cumbe, compensação pelos artefatos retirados para a implantação dos parques eólicos, ainda é também um processo pendente. Por tudo isto que o Fórum Justiça se coloca ao lado da luta comunitária.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Rodrigo de Medeiros Silva.

Tribo da América do Sul leva Governo do Paraguai a julgamento por genocídio histórico

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.07.2014



Adital – Os sobreviventes de uma tribo da América do Sul, que resultou dizimada durante as décadas dos anos 1950 e 1960 levaram o Governo do Paraguai a julgamento pelo genocídio que sofreram.

O caso da tribo caçadora-coletora aché, que habitava as colinas de muitos bosques do leste do Paraguai, até que foi brutalmente expulsa de sua terra, se fez tristemente célebre na década de 1970.

À medida que a expansão agrícola no leste do Paraguai se acelerou na década dos anos 1950, os achés se viram forçados a defender sua terra de uma população de colonos cada vez maior. Estes não tardaram em organizar partidas de caça para assassinar os homens achés; as mulheres e as crianças foram capturadas e vendidas como escravos.

Um dos caçadores mais infames dos achés foi Manuel Jesús Pereira, um fazendeiro local. Pereira trabalhava para o Departamento de Assuntos Indígenas do Paraguai, um órgão governamental, e sua fazenda acabou convertendo-se em uma “reserva” aché, onde iam parar os indígenas dessa tribo que eram capturados. As surras e as violações contra os achés eram frequentes. Inumeráveis morreram de enfermidades respiratórias. O diretor do Departamento de Assuntos Indígenas visitava com frequência a reserva e ele mesmo vendeu achés como escravos.

CONT.



A situação foi denunciada por vários antropólogos no Paraguai, muitos dos quais foram deportados ou perderam seus trabalhos como consequência. O antropólogo alemão Mark Münzel conseguiu captar a atenção internacional. Seu informe de 1973 "Genocídio no Paraguai", publicado pela organização dinamarquesa IWGIA, documentou muitas das atrocidades cometidas contra os achés.

A organização Survival International difundiu o informe de Münzel e patrocinou uma investigação realizada pelo proeminente jurista internacional Richard Arens, que confirmou que a situação era tão péssima como outros haviam denunciado. Muitas outras organizações internacionais, acadêmicos e ativistas denunciaram as atrocidades e pediram que o Governo do Paraguai prestasse contas, o que freou alguns dos piores excessos.

No entanto, naquele momento, o presidente, o general Alfredo Stroessner, era considerado um aliado ocidental chave na região. Os governos britânico, estadunidense e alemão-ocidental negaram que se estivesse ocorrendo genocídio e as autoridades dos EUA patrocinaram a organização Cultural Survival (CS), com sede em Harvard, para que "examinasse o estado dos povos indígenas no Paraguai". O informe que elaboraram para o governo era confidencial, mas graças à Lei de Liberdade de Informação se obteve uma cópia. A CS publicou, então, uma versão modificada. Baseando-se parcialmente no testemunho de um membro do Corpo de Paz, Kim Hill, negava que houvesse acontecido genocídio e criticava muitos daqueles que, como Münzel e Arens, tinham atraído a atenção mundial sobre a difícil situação dos achés. A ajuda do governo estadunidense ao desapiadado regime de Stroessner continuou.

Agora, os sobreviventes do genocídio e seus descendentes buscam algum tipo de reparação. Uma organização do próprio povo indígena, a Federação Nacional Aché, iniciou um caso judicial na Argentina, que conta com o conselho de Baltasar Garzón, o proeminente advogado especialista em direitos humanos. Os achés se amparam no princípio de "jurisdição universal", sob o qual muitos delitos graves, como o genocídio ou crimes contra a humanidade podem ser julgados e castigados em um país diferente daquele onde aconteceram, se as vítimas não podem obter justiça em seu próprio país.

Ceferino Kreigi, um representante aché, declarou: "Estamos pedindo justiça; houve torturas, violações, castigos corporais. Não podemos suportar mais a dor que padecemos".

Por sua parte, o advogado dos achés, Juan Maira, manifestou: "[Os achés] foram caçados como se de animais se tratassem, porque queriam confiná-los em um gueto. Uma vez na reserva, não lhes era permitido sair. Não apenas venderam como escravos as crianças, mas também mulheres, em algumas ocasiões. É possível que 60% de sua população tenha resultado aniquilada".

A população dos achés está voltando a aumentar novamente, apesar de que lhes roubaram seus bosques para dar lugar à pecuária e à agricultura, e de que estes foram destruídos praticamente em sua totalidade.

Nesta sexta-feira, 04 de julho, está previsto que se celebre em Madrid um ato no qual serão denunciadas as sistemáticas violações de direitos humanos cometidas pelo governo paraguaio

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 114 / 2014

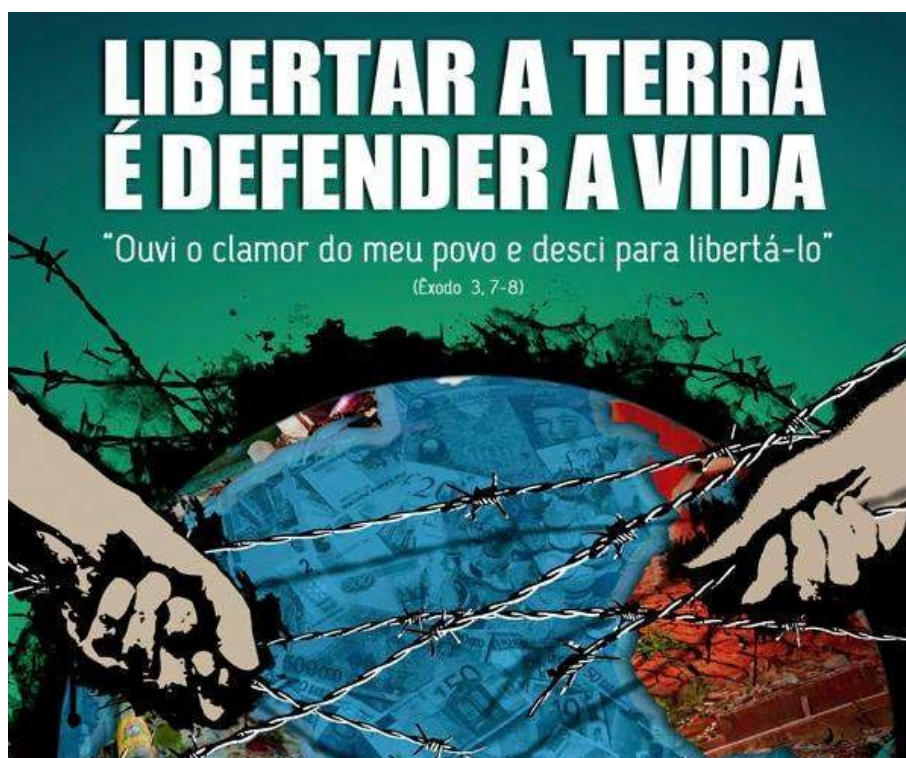
Brasília, 03 de julho de 2014.

contra os achés. Testemunhas do genocídio, como Mark Münzel e Bartomeu Meliá, e uma das vítimas achés, Margarita Mbywangi, participarão do evento organizado pela associação Paraguai Resiste em Madrid.

Descarregue imagens que mostram as miseráveis condições nas quais viviam os achés que foram capturados e encerrados na “reserva” aché depois forçados a saírem da floresta.

Libertar a Terra é defender a vida

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.07.2014



Trigésima sétima Romaria da Terra e das Águas começa nesta sexta-feira, 04 de julho, em Bom Jesus da Lapa – BA, reunindo romeiros e romeiras de todo o estado da Bahia

Romeiras e romeiras, organizações populares, associações, sindicatos, movimentos sociais, paróquias e dioceses de todo estado da Bahia estarão reunidos a partir de amanhã, sexta-feira, 04 de julho, até o dia 06, em Bom Jesus da Lapa-BA, participando da 37ª Romaria da Terra e das Águas. O encontro, que tem como tema “Libertar a Terra é defender a vida”, é sempre um momento de troca e reflexão sobre a realidade social, política, econômica, ambiental e cultural, bem como de renovação da fé, organização, luta e compromisso do povo por uma sociedade mais justa e fraterna. A Romaria é realizada pela Comissão Pastoral da Terra Bahia – CPT em parceria com organizações populares e dioceses.

Os problemas enfrentados pelas comunidades acompanhadas pela CPT, como migração, aumento da violência no campo e na cidade, sucateamento do sistema de saúde pública e do ensino, esgotamento dos recursos naturais por parte dos grandes projetos governamentais e

CONT.



privados, latifúndios da água, do vento, do sol e da terra, aumento do narcotráfico, tráfico de pessoas, trabalho escravo, dentre outros, são refletidos durante todo o encontro nos espaços dos plenarinhos.

Além desses espaços exclusivos de reflexão da luta comum, a programação da Romaria conta ainda com a via-sacra, mais um momento de denúncia dos inúmeros desmandos que estão levando a um caos social e de anúncio da urgência em reacender a chama da esperança e do vigor que liberta de todo e qualquer tipo de opressão.

No último dia da Romaria, todo o grupo se reúne em um grande plenário, socializando as discussões dos plenarinhos, celebrando o compromisso de continuar o processo de organização e luta

História – Na Bahia, desde o ano de 1976, a CPT começou a valorizar as potencialidades da inspiração que se chama Romaria da Terra e das Águas. Foi neste ano que realizou-se a proto-romaria da terra ao Bom Jesus da Lapa, por parte de cerca 300 trabalhadores e trabalhadoras da região de Itaetê e Nova Redenção, da região de Ruy Barbosa.

A partir desta, por 37 anos ininterruptos, milhares de trabalhadores e trabalhadoras dos meios populares se congregam por três dias no santuário de Bom Jesus da Lapa, na beira do São Francisco. Ali, com a criatividade e simplicidade típica dos meios populares, celebram momentos de intensa religiosidade e oração junto com caminhadas, manifestações culturais, reflexão e intercâmbio de experiências entre os participantes.

Programação:

Sexta-feira, 04/07

19h – Abertura, na Esplanada

Sábado, 05/07

5h30 – Ofício de Nossa Senhora, na Esplanada

08h30 – Plenarinhos, em diversos locais

14h – Celebração da Misericórdia – Confissões, na Gruta da Soledade

16h – Via-sacra, saída da Esplanada

20h – Noite cultural, no Colégio São Vicente

Domingo, 06/07

5h30 – Missa da Ressurreição, na Esplanada

08h – Grande plenário, na Gruta da Soledade

11h – Encerramento e envio

Plenarinhos:

- Criança é para ser amada, e não explorada e abandonada – no salão Nova Brasília
- Terra e território, liberdade e não escravidão – na Igreja São José Operário
- Fé e política: CEBs “Justiça e Profecia a Serviço da Vida” – no Centro de Treinamento de Líderes
- Libertar a juventude do campo e da cidade – na Escola Promove Júnior

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 114 / 2014

Brasília, 03 de julho de 2014.

•Rio São Francisco e outras bacias hidrográficas: como salvá-las – na igreja Bom Jesus dos Navegantes

categorias



Vereadores de Guajará pedem apoio para projetos agropecuários

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 03.07.2014

Uma comitiva formada por oito vereadores do município de Guajará-Mirim reuniu-se com o secretário da Seagri, Evandro Padovani, na última segunda-feira, 30, para apresentar projetos de agroindústria para beneficiamento do açaí e solicitar assistência técnica para desenvolvimento da piscicultura nas aldeias indígenas da região.

O vereador Arão Wao Hara Ororamxijein enfatizou que as dificuldades enfrentadas pelos silvícolas são grandes, pois a Fundação Nacional do Índio não dispõe de técnicos na área da piscicultura. "Precisamos de técnicos para acompanhar os projetos na piscicultura, gostaríamos de uma parceria, pois no período da piracema tem famílias que passam por grandes dificuldades nas comunidades indígenas".

O vereador Nham-Pá, da etnia Oro Win, narra os impedimentos suportados pela comunidade indígena nas questões de comercialização dos produtos oriundos das suas atividades agrícolas. "Não podemos vender nada, como iremos sustentar nossas famílias? Precisamos de meios para transportar o milho, arroz, feijão da roça para a aldeia, as roças com as cheias do rio ficaram a duas horas e meia de caminhada da aldeia".

"Em nome da sociedade indígena do município, queremos ver com o Ibama e a Funai para liberar as vendas para nossas famílias", diz Nham-Pá.

Além dessas reivindicações, os vereadores solicitaram trator com implementos para associação de produtores rurais do município, lama asfáltica, reabertura e recuperação de estradas vicinais, recursos para conclusão do plano diretor e ações na área de livre comércio.

O secretário da Seagri, Evandro Padovani, destacou as ações desenvolvidas pelo governo na região. "Guajará-Mirim tem sido atendida em todas as suas reivindicações e desta vez não será diferente, o governo fornecerá todo o apoio técnico e de equipamentos para as aldeias e o município será atendido em tudo que envolve as ações relativas às enchentes".

Fonte

Texto: Dhiony Costa e Silva

Decom - Governo de Rondônia



SEPMulheres firma parceria com lideranças indígenas Huni Kuin

SÍTIO PÁGINA 20, 03.07.2013

A secretária de Estado de Políticas para as Mulheres (SEPMulheres), Concita Maia, recebeu na tarde desta quarta-feira, 2, em seu gabinete, a visita das lideranças indígenas do Rio Humaitá cacique Jocemir Huni Kuin, Rosivane Mateus de Lima e Marniusa Sérgio Kaxinawá. O assessor indígena do governo, Zezinho Yube, também esteve presente à reunião.

O objetivo do encontro era traçar estratégias para a implementação de novas políticas públicas para as mulheres da Terra Indígena Humaitá. "Sinto-me muito feliz por estar aqui, com a secretária de Mulheres do Acre, olho no olho, pensando de igual para igual no futuro do nosso povo", destacou o cacique Huni Kuin.

A SEPMulheres já desenvolve há três anos um projeto de produção, fortalecimento econômico e cultural com as mulheres indígenas yawanawás, do Rio Gregório, Huni Kuin do Rio Muru, e ashaninkas, do Rio Amônia, e pretende estender o programa às indígenas do Rio Humaitá.

"No Acre, as mulheres indígenas fazem parte do processo de construção política do governo. Já iniciamos esse trabalho de fortalecimento e oportunidades com mulheres indígenas de três etnias. Nossa meta é ampliar o programa para que todas as mulheres da floresta sejam contempladas com políticas públicas e equidade de gênero", enfatizou Maia.

Premiada nacionalmente na quarta edição do Prêmio de Culturas Indígenas Raoni Metuktire, em 2013, Rosivane Mateus de Lima agradece o apoio e a parceria do Estado. "É gratificante para nós, indígenas, ter o diálogo aberto com secretários de governo, para discutir a nossa realidade", disse.

Agência de Notícias do Acre



Indígenas da Terra do Guarita discutem a execução de projetos produtivos

SÍTIO PROVÍNCIA FM, 03.07.2014

Centenas de famílias Kaingangues e Guaranis participaram das reuniões convocadas por suas lideranças, em nome da Emater-Ascar. O objetivo dos encontros realizados em 16 setores da maior reserva indígena do Rio Grande do Sul, foi esclarecer dúvidas a respeito dos projetos produtivos que os índios começarão a implantar nos próximos dias.

A decisão da Emater-Ascar de organizar os encontros, poucos dias antes de os projetos começarem a ser executados, de acordo com a coordenadora da Chamada Pública na Terra do Guarita, Márcia Breitenbach, reforçou a convicção das famílias para a escolha dos projetos. Com isso, espera-se que os recursos sejam aplicados na produção de alimentos, artesanato e atividades não agrícolas. Os valores que o governo federal irá fornecer são de 2,4 mil reais, sendo a primeira parcela paga 60 dias após o envio do projeto à Brasília, e a segunda, quando for comprovada a execução dos trabalhos.



Comunidades ribeirinhas de Tabatinga vão receber novas escolas

SÍTIO PORTAL TABATINGA, 03.07.2014

Depois de 14 anos, as comunidades rurais Nova Esperança e Barro Vermelho vão ser contempladas com novas escolas municipais, o anúncio foi dado pelo prefeito municipal de Tabatinga, Raimundo Caldas, durante uma visita de rotina na zona rural, que aconteceu nessa segunda-feira, 30.

O proprietário da Empresa SOLENGE CONSTRUTORA que vai realizar as obras, acompanhou o prefeito nas comunidades ribeirinhas junto com os secretários das secretarias municipais que vão colaborar para os trabalhos.

Além do anúncio das escolas, um motor de luz de 15 KWA vai ser entregue para a comunidade de Barro Vermelho.